

COMUNICAÇÃO POPULAR E TURISMO COMUNITÁRIO: CAMINHOS DA ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE PARA A COP30ⁱ

*Andréa Lopes Viana
André Demarchi*

Resumo: Este artigo investiga como a Associação Água Doce, situada nos arredores de Palmas (TO), integra saberes tradicionais e práticas coletivas para promover o turismo comunitário e a conservação ambiental em meio aos desafios impostos pelas lógicas colonizadoras e crises climáticas globais. O estudo objetiva compreender a atuação da comunicação popular na mobilização da comunidade, adotando uma abordagem qualitativa que substitui o questionário semiestruturado por dinâmicas conversacionais, oficinas de etnomapeamento e elaboração de roteiros turísticos. O artigo dialoga com referências teóricas e metodológicas que valorizam a comunicação dialógica e a comunicação vinculativa, gerativa de afetos. Conclui que a comunicação popular é indispensável para o empoderamento comunitário e a sustentabilidade do turismo de base comunitária e que as experiências da Associação Água Doce devem ressoar na COP30.

Palavras-chave: Comunicação Popular. Turismo Comunitário. Contranarrativas. Engajamento Social. Sustentabilidade.

POPULAR COMMUNICATION AND COMMUNITY TOURISM: EXPERIENCES OF THE ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE FOR COP30

Abstract: This article investigates how Associação Água Doce, located on the outskirts of Palmas (TO), integrates traditional knowledge and collective practices to promote community-based tourism and environmental conservation amid challenges posed by colonialist logics and global climate crises. The study aims to understand the role of popular communication in mobilizing the community, adopting a qualitative approach that replaces the semi-structured questionnaire with conversational dynamics, ethnomapping workshops, and the development of tourist itineraries. The article engages with theoretical and methodological references that value dialogical communication and binding communication, affect-generating. It concludes that popular communication is indispensable for community empowerment and the sustainability of community-based tourism, and that the experiences of Associação Água Doce should resonate at COP30.

Keywords: Popular Communication. Community Tourism. Counternarratives. Social Engagement. Sustainability.

COMUNICACIÓN POPULAR Y TURISMO COMUNITARIO: EXPERIENCIAS DE LA ASSOCIAÇÃO ÁGUA DOCE PARA LA COP 30

Resumen: Este artículo investiga cómo la Associação Água Doce, situada en las afueras de Palmas (TO), integra conocimientos tradicionales y prácticas colectivas para promover el turismo comunitario y la conservación del medio ambiente en medio de los desafíos planteados por las lógicas colonizadoras y las crisis climáticas globales. El estudio pretende comprender el papel de la comunicación popular en la movilización comunitaria, adoptando un enfoque cualitativo que sustituye el cuestionario semiestruturado por dinámicas conversacionales, talleres de etnomapping y elaboración de itinerarios turísticos. El artículo dialoga con referentes teóricos y metodológicos que valoran la comunicación dialógica y la comunicación vinculante y generada de afectos. Concluye que la comunicación popular es indispensable para el empoderamiento comunitario y la sostenibilidad del turismo comunitario y que las experiencias de la Asociación Agua Doce deben resonar en la COP30.

Palabras-clave: Comunicación popular. Turismo comunitario. Contranarrativas. Compromiso social. Sostenibilidad.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia, um território rico em diversidade cultural e biológica, enfrenta desafios significativos diante das lógicas colonizadoras da modernidade e das crises climáticas globalizadas. Neste contexto, a Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande, se destaca como um exemplo de resistência e promoção de práticas sustentáveis, fundamentadas nos princípios da comunicação popular, com foco no turismo comunitário. Este artigo objetiva refletir como a entidade situada nos arredores de Palmas, capital do Tocantins, integra saberes tradicionais e ações coletivas, e como sua experiência pode contribuir para a discussão sobre a conservação da Amazônia à luz da COP30 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025).

Durante a pesquisa de campo para a produção deste artigo, questionamos uma participante, membro da Associação Água Doce, quanto ao seu interesse em explorar a propriedade dela como um atrativo turístico e ela respondeu: “eu tenho interesse em trabalhar com turismo, desde que não seja predatório, afinal, essa é a nossa casa, não quero que tragam lixo, nem que arranquem as plantas; meus filhos andam descalços aqui!”. Esse relato é de Marcela, uma jovem mãe de quatro filhos, moradora de Taquaruçu Grande (Palmas, TO), e aconteceu durante as dinâmicas conversacionais em uma trilha na sua propriedade. Juntamente com outras produções subjetivas, a pesquisa demonstrou-nos o valor da preservação da natureza para ela, o seu vínculo com o território e a preocupação em mantê-lo para os seus descendentes.

Nosso contato com Marcela e com os demais participantes da pesquisa aconteceu de maneira diferente do que geralmente ocorre nas pesquisas em Comunicação. Em nosso estudo, em vez de utilizar o questionário semiestruturado, incluímos como instrumento metodológico de pesquisa as dinâmicas conversacionais, que aconteciam durante as visitas em trilhas e cachoeiras das propriedades dos participantes e também durante as

oficinas de Etnomapeamento e Elaboração de Roteiros Turísticos. Esses momentos foram de muito aprendizado, aproximação e trocas. Depois de algum tempo percebemos que estávamos à vontade, seguros e confiantes para estabelecer diálogos sobre qualquer assunto e os participantes passaram a demonstrar interesse genuíno pela pesquisa em curso.

Para entender melhor a proposta da nossa pesquisa, apresentamos ao leitor a nossa unidade de análise: Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande. A entidade é juridicamente constituída como uma ONG (Organização Não Governamental), que se autodefine como movimento social de ativismo ambiental. Seus membros são chacareiros, pequenos produtores, comerciantes e moradores de Taquaruçu Grande, zona rural localizada no entorno do Parque Estadual do Lajeado, próximo a Palmas, Capital do Tocantins.

No histórico de atividades da entidade, constam ações educativas em escolas e junto à comunidade; participação em debates, audiências públicas e manifestos em defesa do cerrado; ações de mobilização comunitária para combate a incêndios florestais e outros eventos de interesse da coletividade.

2. INSPIRAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Para compreender essas complexidades, foi preciso dialogar com propostas teóricas e metodológicas que questionem as “narrativas dominantes” no campo da comunicação. Por meio da comunicação dialógica, presente nos instrumentos da pesquisa, foram realizadas dinâmicas conversacionais com seis integrantes da Associação Água Doce, sendo três homens e três Mulheres. Também realizamos uma oficina de Etnomapeamento com 10 participantes e oficina de Elaboração de Roteiros Turísticos, com 16 participantes.

Sabemos que, tradicionalmente, a produção de conhecimento em comunicação costuma se dedicar ao estudo das mídias, das produções midiáticas e de seus efeitos na sociedade. Signates (2018, p. 5) critica a visão institucionalizada, instrumental e mercadológica do campo de estudos da comunicação. Na visão do autor, as produções científicas em comunicação ainda são bem recentes no Brasil e, em sua maioria, focadas em “aspectos técnico-profissionais da formação em comunicação, com mais ênfase para as temáticas do jornalismo”.

Martino (2008) aponta que, embora os cursos de comunicação já estivessem regulamentados desde 1969, o primeiro livro escrito por um autor brasileiro sobre teoria da comunicação só foi publicado em 1997. Para o autor, isso demonstra a incorporação tardia de um referencial teórico sistematizado ao campo da comunicação no país.

Calhoun (2012) diz que a comunicação é um campo de estudos abrangente e de vocação natural para a interdisciplinaridade, pois com frequência atravessa e é atravessado por outras áreas do conhecimento. França (2001) acrescenta que é ela – a interdisciplinaridade – que geralmente nos ajuda a compreender os contornos de ordem técnica, política, cultural, ambiental, e de outras temáticas que compõem os estudos em comunicação.

No bojo dessas ideias, empreendemos ao longo dos dois anos de mestrado acadêmico, uma pesquisa interdisciplinar com foco em uma subárea da comunicação conhecida como Comunicação Popular, tendo como interface o Turismo de Base Comunitária, uma atividade que está sendo implantada pela Associação Água Doce, como alternativa ao turismo de massa.

Para entender melhor os processos comunicacionais que envolvem a implantação do Turismo de Base Comunitária na Associação Água Doce, realizamos previamente uma revisão bibliográfica na modalidade estado da arte para mapear a produção científica sobre a temática do Turismo de Base Comunitária e da Comunicação Popular nas últimas duas décadas,

período em que essa modalidade de turismo passou a ser mais discutida no Brasil. Por meio desses referenciais, compreendemos que o Turismo Comunitário não é simplesmente uma nova tipologia de atividade econômica, que prioriza a qualquer custo à geração de trabalho e renda, mas também uma estratégia de justiça climática, na qual a participação ativa das comunidades na gestão do turismo garante que a gestão de seus territórios ocorra de maneira sustentável, respeitando os limites ecológicos e culturais já existentes.

Para Sampaio e Coriolano (2009), é uma forma de preservar os valores socioculturais da comunidade e a biodiversidade local, oferecendo aos visitantes o turismo de experiência, cujo modelo privilegia a vivência, pelo turista, dos modos de vida da comunidade, tais como o plantio, a pesca, a participação em cerimônias ou rituais, a hospedagem na casa dos moradores da região etc.

No caso da Associação Água Doce, os moradores buscam desenvolver roteiros que preservem as nascentes e matas nativas, promovendo um turismo que não degrada o meio ambiente e fortalece os laços sociais. As narrativas dos participantes mostram a relação profunda entre as histórias e memórias da comunidade, cuidado ambiental e a luta contra modelos de desenvolvimento predatórios impostos de fora para dentro. São atitudes e pensamentos que, no nosso entendimento, merecem ser vistos e ouvidos pelas partes que integrarão a COP 30, em Belém/PA.

Maldonado (2009) diz que tanto empresas privadas, quanto governos e ONGs ambientais encorajam as comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local. Dessa forma, para o autor, o desafio das comunidades rurais da América Latina consiste na criação de meios e pressão política que lhes permitam incidir a seu favor as decisões econômicas e institucionais que afetam suas condições de vida e o bem-estar das comunidades (Maldonado, 2009).

Algumas experiências relatadas nos estudos que revisamos demonstraram que após a saída dos agentes exógenos (ONGS, Universidades, etc) poucos projetos de Turismo Comunitário sobrevivem, por causa de problemas como o despreparo da população, a ausência de profissionalismo, inexistência de ferramentas de gestão e, principalmente, falta de informação e falhas na comunicação (Graciano; Holanda, 2020).

Alguns desses resultados nos pareceram superficiais, talvez analisados a partir de propostas introjetadas nas comunidades de fora para dentro, sem que se tenha promovido o real engajamento comunitário ou a devida oitiva das demandas e interesses das pessoas impactadas pelos projetos. Questionamos então de que maneira a comunicação poderia contribuir para promover o engajamento da comunidade na implantação do Turismo de Base Comunitária.

Convém assinalar que a Comunicação Popular desempenha um papel essencial na mobilização das comunidades, funcionando como um instrumento de resistência ao apagamento cultural e à imposição de modelos de desenvolvimento alheios às realidades locais. No contexto da Associação Água Doce, a comunicação não apenas informa, mas também gera vínculos e identidade coletiva. Para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) é ferramenta importante e indispensável no processo de consolidação do Turismo Comunitário, já que a atividade turística é, em sua maior parte, desenvolvida e operada pela própria população local, princípio que garante a sustentabilidade econômica.

3. COMUNICAÇÃO CONTRACOLONIALISTA NA PESQUISA

A comunicação como um campo teórico foi moldada há décadas pela colonialidade dos saberes, utilizada quase sempre como instrumento de dominação e/ou para garantir a permanência de grupos hegemônicos no poder. Aguiar e Silva (2023) criticam diretamente o que chamaram de estruturas de poder modernas/coloniais, que fazem uso dos meios das

comunicações tecnológicas para difundir em larga escala a visão de mundo colonial/eurocêntrica.

[...] mesmo com o fim do colonialismo político na América Latina, o fim do domínio e controle exercido pelos países europeus sobre esse território, ainda é possível observar os impactos das dinâmicas coloniais nas esferas política, econômica, cultural, identitária e epistêmica. (Aguar; Silva, 2023, p.33)

Nesse viés, em um movimento contracolonial da comunicação, somos convidados pelos autores a refletir sobre propostas de arranjos sociotécnicos de resistência e a colaborar para a construção de novas epistemologias para a comunicação e a cultura digital, que não se restrinja ao aspecto extrativista. Isso significa inverter a ordem do que é o centro e o que é periferia, subverter o caráter universal do pensamento hegemônico das narrativas presentes no eurocentrismo. Em Aguiar e Silva (2023, p.40), um pensamento comunicacional contracolonial não deve se limitar a "dar voz" às comunidades, mas sim permitir que elas falem por si mesmas, sendo fundamental saber ouvi-las em suas especificidades e diferenças.

3.1 Caminhos metodológicos que valorizam o diálogo

A implantação do Turismo Comunitário como uma proposta da Associação Água Doce requer engajamento e mobilização da comunidade, bem como um modelo de comunicação horizontal, vinculativa e participativa para sua consolidação.

Ocorre que, mapeando as produções científicas sobre projetos de implantação de Turismo Comunitário no Brasil, alguns autores apontaram que muitos projetos fracassam ou não atingem seus objetivos por falhas na comunicação. Acreditamos que estas questões são mais profundas e merecem estudos qualitativos subsidiados por aportes teóricos, epistemológicos e metodológicos, capazes de nos auxiliar na compreensão do fenômeno social estudado, e não somente na descrição dele.

Não foi tarefa fácil romper com os tradicionais modelos, geralmente adotados para estudos em Comunicação. Os jornalistas geralmente são

treinados para serem objetivos e, por vezes, acabam sendo reducionistas nos textos e falas, pois é este modelo (estadunidense) de informação que impera no Brasil, desde os primeiros cursos de jornalismo implantados na década de 1940.

Segundo Barbosa (2005 p.17), a importação dos conteúdos comunicacionais, tanto da publicidade quanto do jornalismo norte-americano, tornou-se um dos embriões da dependência da imprensa brasileira desse modelo. Nesse sentido, havia um plano de sedução dos EUA para conquistar o brasileiro médio-urbano, visando a “venda” do *american way of life* para o latino-americano por meio de anúncios e de produções jornalísticas.

No entanto, ainda mais grave seria a influência total no modo de produção jornalístico. Adelmo Genro Filho relata a importação do modelo da ‘pirâmide invertida’, que abre o texto com o lead, sintetização no primeiro parágrafo do que é considerado essencial na notícia, uma técnica norte-americana (Barbosa, 2005, p.17).

A prática do lead se tornou comum em praticamente todos os veículos de comunicação e até hoje é recomendada pelas escolas de jornalismo, além de constar como exigência em manuais de redação. É uma estratégia de convencimento ao público leitor de que tudo o que mais interessa na notícia está dito no primeiro parágrafo, logo abaixo da manchete (Barbosa, 2005).

Porém, entendemos ser imperativa a necessidade de aprofundamento nas reflexões teóricas, nas análises e na compreensão das subjetividades que envolvem todo processo de construção de uma informação, sobretudo quando trabalhamos com comunidades ou pesquisamos grupos sociais. Dessa forma, buscamos um caminho teórico, epistemológico e metodológico capaz de construir abordagens que valorizassem a experiência vivida e a imersão no campo como elementos essenciais para a compreensão das dinâmicas comunicativas e dos processos de engajamento comunitário.

Em nosso caso, um dos pontos de destaque desta metodologia de pesquisa foi a comunicação dialógica, configurada como uma unidade teórico-epistemológica-metodológica (Patiño Torres, 2022). Nessa perspectiva, entendemos o diálogo como um processo contínuo e provocativo. Por meio dele os participantes ganharam novas possibilidades para se expressar, o que favoreceu a emergência da subjetividade, sendo essa essencial para a qualidade das informações.

Assim, o diálogo não é apenas um procedimento ou um recurso, mas um processo vivo e contraditório essencial para a construção da informação, que, neste trabalho, ocupa lugar de relevância e nos permite avançar nos estudos da subjetividade tomando a comunicação, especificamente a categoria Comunicação Popular, como campo e os processos comunicacionais como instrumentos de subjetivação.

As experiências científicas fundamentadas na unidade teoria-epistemologia-metodologia representam processos que estimulam o desenvolvimento humano, tanto para o pesquisador como para os participantes da pesquisa. Rossato (2019, p.71) define desenvolvimento humano como “um contínuo processo de construção, desconstrução e reconstrução ao longo da vida, sendo esse processo guiado pelas experiências subjetivas, sempre singulares, originadas nas ações e relações vividas”.

Subsidiados por essas contribuições teóricas, epistemológicas e metodológicas, norteadoras dos pensamentos motrizes do estudo, iniciamos a pesquisa de campo pelas dinâmicas conversacionais com os participantes, que aconteceram em diversos momentos, alguns planejados e agendados, outros durante as trilhas que fizemos nas propriedades dos participantes ou em grupo, imersos no território. Nesse sentido, a construção do cenário social da pesquisa requer mais tempo e esforço dos pesquisadores, tanto para elaborar os instrumentos adequados, como para mudar a estratégia de abordagem no decorrer da pesquisa, se for o caso.

Nas dinâmicas conversacionais, o diálogo foi travado livremente, mas as perguntas tensionadoras e provocativas foram capazes de fazer emergir os sentidos subjetivos, os quais possibilitaram a construção das informações e a inteligibilidade das configurações subjetivas individuais, que aos poucos foram se articulando também com a dimensão da subjetividade social, em um processo de configuração e reconfiguração mútua.

Para conhecer melhor o vínculo dos participantes com o território, uma dessas perguntas tensionadoras foi: Como você veio parar aqui no Taquaruçu Grande? A partir dessa pergunta todos os participantes demonstraram disposição para narrar suas histórias e seu interesse pelo território. A respeito disso, Leal (2022, p.16) nos diz que as narrativas estão presentes em diferentes realidades histórico-culturais e são componentes fundamentais na experiência humana; “conhecendo e contando histórias, damos sentido às nossas ações, aos acontecimentos, ao tempo e às realidades que conformamos nesses processos”.

A exemplo disso, a participante Marcela nos narrou que decidiu mudar para o campo durante a pandemia, pois queria dar aos seus quatro filhos a oportunidade de crescer com liberdade, em um ambiente saudável, próximo da natureza, para que eles aprendessem desde cedo a conviver e respeitar o meio-ambiente. Ela nos informou que, às vezes, recebe alguns turistas em sua propriedade, mas faz questão de enfatizar que não deixa o portão aberto para quem quiser entrar: “Eu prefiro que as pessoas falem comigo pelo *WhatsApp* antes e me digam direitinho quem são as pessoas do grupo e o que querem fazer aqui, aí decido se quero receber ou não na minha casa”.

Outro instrumento metodológico utilizado foi a realização de duas oficinas, uma de Etnomapeamento, cujo objetivo foi identificar no mapa geográfico do território que os participantes ocupam: suas propriedades e os limites; os acessos (estradas, pontes e trilhas); as matas, rios e nascentes que devem ser preservados e as áreas que possuem “santuários” que podem

ser visitados por turistas. A segunda oficina realizada foi de Elaboração de Roteiro Turístico, que teve por objetivo discutir as possibilidades e conceitos do Turismo Comunitário e criar, entre os interesses e potencialidades individuais dos participantes, roteiros turísticos interessantes, eventos culturais e “santuários” para visitação.

Além de instrumentos de promoção de dinâmicas conversacionais, as duas oficinas foram oferecidas como uma espécie de contrapartida da pesquisa para a Associação Água Doce. Devemos ponderar que fizemos a proposta e deixamos que o grupo participasse da organização das oficinas e das decisões de quando, onde e como realizá-las, o que elevou a qualidade do nosso trabalho, pois nos permitiu acompanhar de perto uma ação de mobilização acontecendo na prática entre os membros da comunidade.

Sabemos que uma pesquisa qualitativa aprofundada requer do pesquisador dedicação maior e não se pode realizar um estudo como esse, se o pesquisador não estiver implicado na pesquisa, tampouco se não estiver disposto a mergulhar no campo e buscar originalidade e criatividade para o seu trabalho.

Em nosso estudo, já havia um cenário social em construção junto à comunidade, o que facilitou a criação de vínculos de confiança entre pesquisadores e participantes. Mesmo assim, registramos mais de vinte visitas ao campo durante o período de construção das informações da pesquisa.

A imersão no campo nos permitiu identificar a forte ligação da Associação Água Doce com o território e as lutas empreendidas para defendê-lo. Esses elementos instigaram-nos a pensar as experiências vivenciadas também enquanto vulnerabilidades, narrativas e acontecimentos do “lugar epistemológico” (Demarchi, 2022), pensando o Cerrado tocantinense nessa perspectiva, inserido na e parte da Amazônia Legal.

Isso implica reconhecer que os participantes da Associação Água Doce concebem o Cerrado como um território que, assim como a Amazônia, vem sendo manejado ancestralmente pelos povos indígenas e tradicionais. Afinal, pesquisas arqueológicas recentes têm demonstrado que o manejo pelas populações indígenas dos frutos que hoje conferem identidade ao Cerrado e Amazônia como o pequi, o buriti, o babaçu, o açaí, o cupuaçu e a castanha do Pará, tem sido realizado há pelo menos 11 mil anos por essas populações que espalharam esses frutos e muitos outros pelos vastos territórios em suas andanças ancestrais (Neves, 2023).

Essas e outras reflexões da arqueologia e da antropologia foram realmente inspiradoras para pensarmos esses territórios como sendo “multiepistêmicos” (Demarchi, 2022), repletos de saberes cosmológicos e conhecimentos tradicionais. Neste sentido, pensamos o conceito de território, não somente como espaço físico, mas como lugar gerador de sentidos e memórias, como ambiente múltiplo e transversal, com toda a potência ético-moral-político-cultural-cosmológica que dele emana (Latour, 2020; Souza, 2020).

Reforçamos que além da constituição jurídica da ONG, a Associação Água Doce também se caracteriza como uma comunidade, devido às suas vinculações afetivas, interesses compartilhados e sentimento de pertencimento (Peruzzo; Volpato, 2009). Esses elementos estão intrinsecamente ligados à subjetividade individual dos participantes e à subjetividade social do grupo.

Os aspectos histórico-culturais estão fortemente presentes na convergência dos campos estudados, especialmente nas categorias escolhidas: Comunicação Popular e Turismo Comunitário. Nesse caminho, “a subjetividade é um sistema simbólico-emocional orientado a uma realidade peculiarmente humana, sendo a cultura, a condição para seu desenvolvimento” (Martínez; González Rey, 2017, p. 46). Isso quer dizer

que, nessa perspectiva, a história e a cultura são a gênese dos processos subjetivos.

Reconhecemos a singularidade das produções subjetivas individuais e do grupo social, pois estas são constituídas por configurações subjetivas próprias (grupais e individuais), atravessadas constantemente umas pelas outras, em distintos cenários e práticas sociais. As configurações subjetivas podem ser, por exemplo, uma (ou várias) filosofia(s), aspectos da religiosidade, mitos, histórias, modos de vida, aspectos éticos, morais, ideológicos e até comunicacionais.

Fomos a campo com intuito de compreender as subjetividades individuais dos participantes e a relação dessas com os valores coletivos da Associação Água Doce. Também buscamos conhecer as configurações subjetivas que perpassam a subjetividade social da associação e compreender a sua relação com o envolvimento comunitário.

Arriscamos dizer que, sem essas referências, não seria possível fazer uma conexão verdadeira com o grupo da Associação Água Doce e nem sequer começar a entender o modelo de comunicação tão peculiar produzido por seus integrantes, que são ativistas engajados em suas causas.

3.2 Comunicação Popular, vinculativa e gerativa de afetos

Para falar de Comunicação Popular é antes necessário entender *quem comunica o quê e para quem comunica*. Em nossa pesquisa, procuramos compreender quem é o grupo social que estávamos estudando. A Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande foi criada em 2013, seus membros são chacareiros, comerciantes e moradores das adjacências da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) e do Parque Estadual do Lajeado (PEL), em uma região também conhecida como Taquaruçu Grande. Um dos principais objetivos da entidade é a defesa e proteção das nascentes e da bacia do Ribeirão Taquaruçu,

responsável por cerca de 70% do abastecimento de água potável de Palmas.

Assim como ocorre em outros locais da Amazônia, o aparato de fiscalização dos órgãos de controle é deficiente e insuficiente para coibir e combater o desmatamento, as queimadas, a extração ilegal de madeira, as construções em áreas inapropriadas e a contaminação das águas de nascentes e mananciais.

Diante da situação de precariedade do aparato público, é comum o levante das comunidades, ainda que fragilizadas, na defesa de seus direitos. Milhomens (2021) aponta que o processo histórico de exploração da Amazônia (ou das Amazônias) resultou na eclosão de uma série de movimentos sociais, que fazem uso de um novo formato de articulações coletivas chamado de redes de mobilização, cujos atores sociais se inter-relacionam em busca de um objetivo comum, mediados por ferramentas comunicacionais e tecnológicas.

Para Peruzzo (2013) a comunicação faz parte da mobilização dos movimentos sociais e sempre esteve em conformidade com níveis de consciência, capacidade de articulação social e dos recursos de cada época e atribui o empoderamento dos processos comunicacionais autônomos como uma necessidade à dinâmica de mobilização e organização popular.

Partindo desse ponto, pensamos na Associação Água Doce, inserida em um território, cuja localização espacial está permeada por relações de poder e de lutas, mas, principalmente, por uma trama de tecidos das identidades socioespaciais (referente ao sentido de lugar), que, segundo Souza (2020, p. 9), são elementos indispensáveis para que compreendamos as disputas em torno de localizações específicas, direitos de permanência e acesso a recursos.

Aqui novamente a contracolonização se faz presente quando as comunidades locais ressignificam suas relações com o território, rejeitando modelos hegemônicos e fortalecendo saberes ancestrais. Esse processo se manifesta na adoção de técnicas de comunicação horizontal, na produção de narrativas comunitárias e na afirmação de espaços de resistência.

Revisamos também as notícias, veiculadas ao longo dos 10 anos de atuação da Associação Água Doce. Os achados, contribuíram para nossas construções interpretativas, por meio das quais compreendemos que a entidade empreende esforços para comunicar-se com a sociedade, enviando *releases* e sugerindo suas pautas aos veículos de comunicação locais, principalmente aos sites de notícias, que geralmente as publicam. Dessa forma, a entidade consegue amplificar sua voz de combate à exploração predatória do território e se posiciona como ativista ambiental perante a sociedade.

Nesse protagonismo da Associação Água Doce é possível perceber a vocação da entidade enquanto movimento social ligado à proteção e à preservação do meio ambiente. O discurso potente e suas atividades nos soam como o que Demarchi (2020, p. 69) chamou de contranarrativas, ou seja, “uma resposta imediata às narrativas hegemônicas ou dominantes, uma vez que propõem a construção de novos significados”.

Como nunca foi nosso intuito analisar as mídias, os meios de comunicação e nem os conteúdos veiculados, mas as práticas comunicativas que marcam a vida social do grupo, que muitas vezes nem passam pelo terreno das mediações tecnológicas, ajustamos nosso foco para abordar a comunicação como uma prática contra-hegemônica, capaz de promover a mobilização e a vinculação social entre as pessoas.

Também nos é cara a ideia de contribuir com a construção de referenciais teóricos que superem o midiacentrismo, ainda tão presente nas pesquisas em comunicação, e se apoiem nas dinâmicas comunicativas de caráter vinculativo, como a Comunicação Popular:

[...] Comunicação não é só mídia, mas toda rede de produção de vinculação social. Entretanto, esta é, a meu ver, a grande contribuição teórica e prática dada pela Comunicação Comunitária à Comunicação Social, retirando-a de sua desmesura midiática, ou, se quisermos, desconstruindo-a, e liberando sua potência vinculativa (Dunley, 2005, p.5)

Essa potência vinculativa, citada pela autora, não exclui a mídia tradicional, mas a atravessa, vai além dela, em um movimento que reúne várias áreas de saberes e práticas comunicacionais, inclusive as não mediadas pelas tecnologias, como a oralidade, o sentido de responsabilidade socioambiental, a religiosidade os modos de vida e produção entre outros. Esse modelo de comunicação rompe com o paradigma informacional, que “entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos” (França, 2001, não paginado). Ao contrário disso, é entendido como um modelo de comunicação horizontal, de todos para todos.

Dunley (2005) nos diz que a Comunicação Popular pode contribuir para a reconfiguração do sujeito e da cultura na contemporaneidade, além de auxiliar-lhes em sua perpétua transformação e na superação coletiva dos obstáculos que a vida lhes impõe.

Em nossa experiência de campo, o participante Roberto, que é um dos fundadores da Associação Água Doce, disse que o envolvimento comunitário começou com uma preocupação em proteger as nascentes do Ribeirão Taquaruçu, o manancial que abastece a cidade de Palmas. “Eram poucas pessoas no início, mas víamos que tínhamos o mesmo propósito. Depois foram chegando mais pessoas e hoje somos um grupo de amigos. Nossas reuniões não são chatas como as de condomínio, são festivas! Sempre temos algo a compartilhar uns com os outros”, diz.

Em outro momento da pesquisa de campo, o participante Mário, cuja propriedade foi uma das primeiras que conhecemos, contou-nos que se mudou para o Taquaruçu Grande há 12 anos e que, algum tempo depois, foi procurado pela ex-presidente da associação, convidando-o a se filiar.

“Soube que você é bombeiro, precisamos de você!” Depois ela me convidou para uma reunião e daí já ficamos amigos”, relatou ele.

A partir desses e de outros sentidos subjetivos dos participantes Mário e Roberto, construímos interpretativamente indicadores que nos permitiram elaborar hipóteses de que, em uma comunidade onde as pessoas vivenciam a experiência de viver em harmonia e integração humanidade/ambiente e a comunicação tem a potência gerativa de afetos, os vínculos se estabelecem com mais naturalidade, promovendo o sentimento de pertencimento, tão necessário para o engajamento social.

Araújo e Peruzzo (2019), definem a Comunicação Popular e Comunitária como um processo que emerge da ação dos próprios grupos populares e impulsiona a expressão de segmentos empobrecidos da população, em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política, com vistas a estabelecer a justiça social.

Apesar dos autores referirem-se a ‘segmentos empobrecidos’, optamos por ampliar o sentido do termo ao substituí-lo por segmentos vulneráveis, remetendo ao conceito de vulnerabilidade descrito por Leal (2020), cujo campo semântico remete à noção de perda – ou risco de perda –, de exposição ou de variadas formas de violência, e não necessariamente sobre posição social e econômica das pessoas ou do grupo. Até porque, no caso das pessoas que compõem o grupo social estudado, a vulnerabilidade não é identificada como uma questão de classe social ou econômica, mas de pensamentos, de cultura, de valores e de modos de vida que conflitam com as imposições do capitalismo predatório, da exploração do mercado imobiliário e do turismo de massa, fator que as torna vulneráveis diante do poder hegemônico que regem o sistema.

Outra questão relevante é que os membros da Associação Água Doce possuem um vínculo afetivo com a terra, pois escolheram aquele ambiente para fazer parte dele. Esse sentimento de pertencimento é o que as une em

torno de suas causas e dá sentido às suas lutas.

É certo dizer que nem todos os moradores e proprietários de chácaras do entorno do Parque Estadual do Lajeado são associados à Associação Água Doce. Contudo, na visão de Peruzzo (2008), estar próximo, pertencer a uma mesma etnia ou morar em um mesmo bairro não quer dizer que existam relações comunitárias. Para a autora, comunidade é aquela que se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertencimento, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros.

Também Paiva (2004, p. 65) critica a ideia de comunidade apenas como vinculação espacial ou de agrupamentos com objetivos e interesses específicos como é o caso das comunidades universitárias, médicas, europeia, e esclarece que:

Comunitário é quem confere valor à identidade, à proveniência, portanto, à origem: a via que conduz às raízes como às tradições. Comunitário é quem confere valor às relações sociais, religiosas, familiares e nacionais. Para o comunitário, a ligação não é a cadeia que aprisiona e que limita a liberdade, mas, ao contrário, o fio que o liga aos outros e o sustenta. Comunitário é quem reconhece o seu lugar originário, assumindo-o como pátria; para ele não é insignificante ou fortuita a sua origem ou seu destino e suas relações (Paiva, 2004, p.64, grifo nosso)

Nesse sentido mais amplo de comunidade, a Associação Água Doce congrega pessoas que partilham o sentimento de ligação afetiva com o território, que para elas é sagrado. Elas travam suas lutas para defender ideias de sustentabilidade e preservação ambiental/cultural, propondo um olhar inovador sobre Turismo Comunitário, ao criar novos caminhos e simbologias para diferenciar e distanciar esta atividade do predatório turismo de massa.

Para esclarecer, a proposta do Turismo Comunitário representa para a entidade um outro modo de experienciar o turismo. Essa questão foi tratada por Maldonado (2009) como princípio derivado da visão do mundo

(cosmovisão) que as pessoas possuem, ou seja, uma visão holística em que a humanidade e a natureza formam parte de uma unidade total e indivisível. Nesse sentido, nos diz o autor que “a terra e as pessoas são complementares e estão unidas por um destino: garantir a harmonia do mundo que deve ser constantemente recriada, transcendendo o tempo e as pessoas” (Maldonado, 2009 p.30).

Por outro lado, o turismo de massa prioriza a acomodação de um grande número de turistas em destinos populares, o que muitas vezes resulta em impactos negativos significativos. Essa abordagem tende a sobrecarregar a infraestrutura local, degradar o meio ambiente e diluir a autenticidade cultural da região impactada. Além disso, os benefícios econômicos são frequentemente concentrados em grandes corporações, com pouca contribuição direta para as comunidades locais.

Apesar dessas duas formas de abordagem do turismo serem bastante distintas, inclusive com resultados bem diferenciados, alguns conceitos e simbologias ainda são utilizados, equivocadamente, de maneira igual, tanto em uma quanto na outra. Uma delas é o conceito de *atrativo*, palavra utilizada para definir um local de visitação de turistas.

O atrativo turístico é geralmente definido, na literatura acad mica, em manuais e documentos oficiais de turismo, como qualquer elemento ou localização que atrai visitantes para uma determinada área ou destino. De acordo com a definição do Glossário do Turismo, publicado pelo Ministério do Turismo, atrativos turísticos são "loais, objetos, equipamentos, pessoas, fen menos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los" (Brasil, 2018, p. 09).

Não nos causa estranhamento que a palavra *atrativo turístico* seja utilizada pelo turismo de massa para definir locais de visitação turística, pois nessa modalidade os visitantes compram o atrativo como um *produto*. Porém, mesmo nos estudos, trabalhos e projetos em que o foco é o Turismo de Base Comunitária ou o Etnoturismo, cujos conceitos são bem distintos do

turismo de massa, não encontramos outros termos ou definições diferentes de *atrativo*.

A partir da experiência de pesquisa construída na vivência do campo, entre pesquisadores e participantes, ressignificamos o conceito de *atrativo* e propusemos o conceito de *santuário*, buscando valorizar nossos interlocutores em suas críticas ao modo exploratório do turismo de massa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se inseriu no vasto campo da Comunicação, com foco na subárea da Comunicação Popular, reconhecendo a interdisciplinaridade inerente a esse campo de estudo. Ao longo do trabalho, buscamos entender as dinâmicas comunicativas envolvidas na proposta de implantação do Turismo Comunitário pela Associação Água Doce, situada no entorno do Parque Estadual do Lajeado, em Palmas, Tocantins.

A experiência da entidade exemplifica como o engajamento comunitário e o fortalecimento de identidades coletivas contribuem para soluções sustentáveis. Discutir esse tema na COP 30, que será realizada em Belém, é fundamental para incorporar as experiências de grupos sociais e saberes tradicionais nas estratégias globais de adaptação climática. A valorização das comunidades amazônicas e suas práticas sustentáveis é essencial para garantir políticas mais inclusivas e eficazes, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeite os povos tradicionais e contribua para soluções reais no enfrentamento das mudanças climáticas.

Nossa abordagem não se limitou à mera análise técnica ou profissional da comunicação, mas buscou compreender as práticas comunicativas como agente de mobilização e engajamento comunitário, ferramentas essenciais na luta pela justiça climática. Inspirados pelas contribuições da Comunicação Popular, buscamos transcender o midiacentrismo e explorar as formas alternativas e horizontais de comunicação que permeiam as

relações sociais.

Isso quer dizer que a Comunicação Popular não se restringe ao âmbito midiático, mas abarca uma rede complexa de produção e de vinculação social, que inclui práticas como a transmissão de conhecimentos pela oralidade, os valores coletivos de pertencimento à comunidade e ao território e o modo de vida conectado à natureza. Essa concepção foi fundamental para nossa análise.

Subsidiados pela comunicação dialógica, estabelecemos um diálogo profundo com os membros da Associação Água Doce e pudemos compreender que organizações como esta se caracterizam como comunidade, unidas, não apenas por um espaço geográfico delimitado, mas como uma rede de identidades, de ações conjuntas e de pertencimento. Esse engajamento reflete não apenas os valores da associação, como também a importância de se repensar o conceito de "atrativo turístico" em contextos de implantação do Turismo Comunitário, o qual prioriza a harmonia entre humanidade e natureza e a integração comunitária.

As narrativas dos participantes revelaram a conexão com o território e com suas histórias familiares, destacando a importância da preservação ambiental, da cultura e da transmissão de valores às gerações futuras. Essa relação entre ancestralidade, descendência e cuidado com o meio ambiente foi importante para compreender a identidade e os propósitos da Associação Água Doce.

Nossa pesquisa, ao se inserir nesse contexto, buscou não apenas compreender, mas também contribuir para o fortalecimento dessas iniciativas, oferecendo à comunidade duas oficinas, sendo uma de Etnomapeamento e outra de Elaboração de Roteiros Turísticos. Durante as oficinas, percebemos que os membros da entidade reconheceram no Turismo Comunitário uma alternativa mais harmoniosa e compatível com a realidade da comunidade. Essa discussão ilumina nossa reflexão acerca da inadequação do termo *atrativo turístico* quando aplicado a contextos de

Turismo Comunitário, uma vez que tal nomenclatura não captura a essência das experiências comunitárias, baseadas em relações mais íntimas e respeitadas com o território e seus habitantes.

Contudo, reconhecemos que ainda há lacunas a serem preenchidas. A escassez de estudos sobre Comunicação Popular no contexto do Turismo Comunitário, especialmente em nível regional. Além disso, a complexidade das relações sociais e comunicativas exige uma abordagem dialógica e participativa, que valorize as vozes e perspectivas dos envolvidos.

A luta da Associação Água Doce contra os modelos de dominação e exploração reflete a potencialidade da comunicação como uma ferramenta de resistência e transformação social. Nossa pesquisa, ao destacar essa dimensão, espera contribuir para um maior entendimento e valorização das práticas comunicativas horizontais e contra-hegemônicas, que também chamamos de contranarrativas, e podem ser propulsoras de mudanças sociais positivas.

Por fim, ao valorizar as vozes e as experiências da comunidade, dialogando com as temáticas da COP30, espera-se que este estudo possa inspirar novas iniciativas e práticas que promovam uma relação mais harmoniosa entre seres humanos e meio ambiente, garantindo um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carlos Eduardo Souza; SILVA, Dayana K. Melo da. Decolonialidade e comunicação contracolonial no tempo das catástrofes. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 1, p. 29–45, 2023. Disponível em: <https://l1nq.com/4xzEc>. Acesso em: 14 mar. 2025.

ARAÚJO, Valmir Teixeira; PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação Popular e Comunidades Quilombolas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 11, n. 29, p. 214-230, 2019. Disponível em: <https://l1nq.com/gUP8q>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BARBOSA, Alexandre. A comunicação sedutora: aspectos da influência norte-

americana na comunicação brasileira. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 4, p. 13-24, 2005. Disponível em: <https://l1nq.com/ft10p>. Acesso em 28 jun. 2024

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. E-book.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <https://acesse.one/ikY4J>. Acesso em: 28 out. 2021.

CALHOUN, Craig. Comunicação como ciência social (e mais). **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 35, p. 277-310, 2012. Disponível em: <https://l1nq.com/vAva>. Acesso em: 10 out. 2022.

DEMARCHI, André. Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (orgs.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. p. 65-87. Disponível em: <https://l1nq.com/Y9nsr>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DEMARCHI, André. Amazônia epistêmica. In: LEITE, Amanda et al. **Inspirações metodológicas em contextos amazônicos**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. (Olhares Transversais; v. 1). E-book. p.17-22. Disponível em: <https://l1nq.com/vif2t>. Acesso em: 28 nov. 2022.

DUNLEY, Glaucia Peixoto. Para além da mídia e do estigma: a comunicação comunitária. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 10., 2005. Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2005. Disponível em: <https://l1nq.com/vw4Gs>. Acesso em: 15 out. 2021.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, [s. l.], n. 5, 2001. Disponível em: <https://encr.pw/RcZUM>. Acesso em: 10 out. 2022.

GRACIANO, Pollyanna Fraga; HOLANDA, Luciana Araújo de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 161-179, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1736>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LATOURE, Bruno. **Diante de gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo/Rio de Janeiro: UBU Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020. E-book.

LEAL, Bruno Souza. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (orgs.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. E-book. p. 31-47. Disponível em: <https://l1nq.com/Y9nsr>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: Gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. E-book. p. 25-44.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A ilusão teórica no campo da comunicação. **Revista FAMECOS: Mídia, Cultura e Tecnologia**, [s. l.], n. 36, p. 111-117, 2008. Disponível em: <https://l1nq.com/9GvjF>. Acesso em: 13 out. 2022.

MILHOMENS, Lucas. Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da hidrelétrica de Belo Monte. **Entropia**, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 174-187, 2021. Disponível em: <https://l1nq.com/fZ914>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Subjetividade: teoria, epistemologia e método**. Campinas: Alínea, 2017. E-book.

NEVES, Eduardo. **Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia central**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

PAIVA, Raquel. Estratégias da Comunicação e Comunidade Gerativa. In: PERUZZO, Cicilia Krohling (org). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

PATIÑO TORRES, José Fernando. O diálogo a três vozes na obra de González Rey: ontologia, epistemologia e método. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Teoria da subjetividade como perspectiva crítica: desenvolvimento, implicações e desafios atuais**. São Paulo: Alínea, 2022. E-book Kindle.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008. Disponível em: <https://encr.pw/Tv55Y>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. **Líbero**, São Paulo, n. 24, p. 139-152, dez. 2009. Disponível em: <https://encr.pw/OZ0Tq>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 161-181, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v11i1.6980>. Acesso em: 4 abr. 2023.

ROSSATO, Maristela. Contribuições da Epistemologia Qualitativa na mobilização de processos de desenvolvimento humano. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando Luis; VALDÉS PUENTES, Roberto (orgs.). **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde**. Uberlândia: EDUFU, 2019. E-book. Disponível em: <https://encr.pw/9idXK>. Acesso em: 28 out. 2021.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO; Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 4-24, abr. 2009. Disponível em: <https://encr.pw/H3kNm>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SIGNATES, Luiz. A Comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://encr.pw/g5fhx>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Articulando ambiente, território e lugar: a luta por justiça ambiental e suas lições para a epistemologia e a teoria geográficas. **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 16-16, 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/Cire4>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Andréa Lopes

Jornalista/Gestora de Projetos. Mestre em Comunicação e Sociedade. Grupo de Pesquisa Contranarrativas.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9721-2881>

E-mail: feelplanet@yahoo.com

André Demarchi

Doutor em Antropologia (UFRJ). Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT). Coordenador do Grupo de Pesquisa Contranarrativas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9134-441X>

Email: andredemarchi@uft.edu.br

Artigo recebido em: 26 maio 2025. | **Artigo aprovado em:** 30 jul. 2025.

ⁱ Agradecemos a Associação Água Doce (Palmas, TO) pela total disponibilidade para participar da pesquisa. Agradecemos também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Centro Avançado de Pesquisa-Ação da Conservação e Recuperação Ecológica da Amazônia - CAPACREAM (CNPq Proc. 444350/2024-1).